

Mesa de Negociação Permanente tem pauta extensa na primeira reunião de 2016

A Mesa de Negociação Permanente (MNP) da Fiocruz voltou a se reunir na tarde da última quarta-feira (13). Na primeira reunião do ano, estiveram em pauta os seguintes temas: Projeto de Lei do acordo salarial e de ajustes na carreira dos servidores da Fiocruz ([PL 4252/2015](#)); pendências de laudos de insalubridade; situação do FioPrev; reajustes nos planos da Caixa de Assistência (FioSaúde); situação orçamentária e terceirização; e política de comunicação da Asfoc-SN.

CD Fiocruz apreciará orçamento 2016 como pauta exclusiva no fim de janeiro

A Direção da Asfoc-SN levou à Mesa a pauta de restrição orçamentária da Fiocruz, apresentando preocupação em relação aos contratos de terceirizados e outras medidas para que a instituição se enquadre no orçamento. O vice-presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional, Pedro Barbosa, lembrou que a reunião do Conselho Deliberativo da Fiocruz, nos dias 28 e 29 de janeiro, reunirá todos os diretores - com convite aos respectivos vices de gestão - e terá o orçamento como pauta específica.

Barbosa salientou que, embora a restrição orçamentária seja uma realidade, a preservação e manutenção de empregos é preocupação de toda a instituição e que todas as possibilidades serão avaliadas coletivamente. Citou como medidas já adotadas a interrupção do café da manhã, por exemplo, e negou que o término do transporte coletivo esteja em pauta. Alega, no entanto, que haverá um movimento de otimização do uso com possíveis integrações de linhas, uma vez que por regulamento os ônibus não devem circular com taxa de utilização abaixo de 85%.

O vice de Gestão destacou ainda que a limitação orçamentária já ocorreu em 2015 e que a instituição conseguiu assumir medidas saneadoras e preservar seus compromissos com a sociedade. Neste ano seguirão os esforços. O mesmo destaca que tanto o CD quanto o próprio Congresso Interno de novembro já se manifestaram contra as políticas de ajuste que penalizam o emprego e as políticas sociais. “A Fiocruz defende mais recursos para a saúde e assim continuará se pronunciando, ciente de seus compromissos de produção e serviços para a sociedade”, afirma. Após o CD de final de janeiro, as suas deliberações, pautadas por esses princípios, serão compartilhadas com toda a instituição.

Esclarecimentos sobre o PL de reajuste salarial

A chefe do Departamento de Administração de Recursos Humanos (DARH)/Direh, Leila Bezerra, participou do primeiro tema de pauta, para esclarecer alguns pontos referentes ao PL 4252/2015, em especial no que tange a benefícios ligados à aposentadoria. Segundo a servidora da Direh, as medidas do acordo – que serão implantadas entre 2017 e 2019 – podem beneficiar mais de 2,5 mil servidores ativos (quase metade do quadro atual da instituição) ao se aposentarem. Além disso, os dados apresentados na reunião demonstram que dos 1.897 servidores já aposentados e pensionistas da Fundação, 802 também poderão incorporar novos valores da gratificação de desempenho a seus vencimentos, de acordo com o artigo 28 do PL.

Sobre o [PL 4253/2015](#), o vice-presidente da Asfoc-SN, Paulo Garrido, alertou que o Sindicato já identificou algumas alterações que não foram fruto de acordo na Mesa de Negociação, como as questões relacionadas à ampliação do prazo de adesão à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) e os artigos que dispõem sobre a avaliação das metas institucionais.

Seguindo a pauta, o diretor de Recursos Humanos, Juliano Lima, realizou informes sobre a atual situação dos laudos de insalubridade da Fiocruz. Citando as metas firmadas no [protocolo nº 15/2014](#), o diretor lembrou que um dos objetivos era zerar os processos que entraram na Coordenação de Saúde do Trabalhador (CST)/Direh até o dia 31/5/2015.

Em sua fala, Juliano destacou que nem todas as metas foram cumpridas e justificou alguns fatores que influenciaram o não cumprimento, como a greve e intercorrências na equipe técnica que faz as avaliações. Em Farmanguinhos, alegou que o trabalho foi iniciado, contudo, os laudos

necessitam de medições específicas de agentes físicos e químicos que deverão ser contratadas para o trabalho continuar.

Como ponto positivo, destacou que no Cecal, IFF, e INI 100% dos laudos foram concluídos. IOC (88%) e Dirac (82%) também apresentam índices elevados de conclusão. Por outro lado, uma unidade que segue com defasagem, e que será uma das prioridades em 2016, é a Ensp que ainda tem 85 processos a serem avaliados. Nas regionais, a CST também zerou as pendências em Pernambuco, Paraná e Bahia. A equipe não conseguiu agenda para concluir a unidade do Amazonas, o que deve ocorrer em breve.

Andamento do Fioprev e reajustes do FioSaúde foram pautados na Mesa

Sobre o andamento da situação do Fioprev, o vice-presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional, Pedro Barbosa, informou que na última semana a consultoria Gama se reuniu com técnicos da Previc e que o processo para retirada de patrocínio do plano BD-RJU, segue em análise. A notícia positiva da reunião é que a Previc fará algumas exigências, porém essas não interferirão na tramitação do processo, que seguirá o prazo de 60 dias já estabelecido. A expectativa é que o parecer da Previc chegue ao Fioprev nos próximos dias, para que se defina o próximo passo para a saída dos participantes do fundo.

Outra medida que impacta os trabalhadores, o aumento dos planos da FioSaúde, também foi pautada na MNP. A Direção da Caixa de Assistência foi convidada e o diretor executivo José Antônio Diniz realizou uma apresentação sobre as contas do plano. Os diretores Leila Mello e Eduardo Carvalho também participaram do ponto de pauta. De acordo com a explanação, as medidas adotadas – incluindo aporte financeiro da Fiocruz, como patrocinadora – foram inevitáveis para manter a solidez do plano e para que o mesmo não sofresse Direção Fiscal da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), conforme constantes notificações enviadas à direção da FioSaúde desde novembro do ano passado. Neste início de janeiro, em reunião da Diretoria do Plano e a ANS, o risco de Direção Fiscal foi afastado, decorrente dos aportes realizados no final do ano e do conjunto das medidas de gestão apresentadas, inclusive as decisões sobre reajuste aprovadas.

Apesar dos reajustes e outras medidas adotadas, Diniz demonstra em sua apresentação que, comparando as ofertas do mercado, a FioSaúde ainda apresenta condições atraentes e diferenciais, como a cobertura de procedimentos fora do rol – que não seriam aceitos em outros planos – e a ausência de restrições para ingresso na Caixa. O número de participantes acima de 59 anos no plano, por exemplo, é elevado, faixa etária pouco aceita nas operadoras disponíveis no mercado. Tais fatores influenciam nos esforços da gestão e da Presidência para a valorização do plano. A apresentação foi realizada em assembleia, no último dia 9 de dezembro, e está disponível no site da FioSaúde, no endereço: <http://www.fiosaude.org.br/node/632>.

Ainda na reunião, Presidência e Sindicato discutiram a política de Comunicação da Asfoc-SN em relação ao uso de canais institucionais. A Direção do Sindicato debaterá internamente o tema, buscando formas de ampliar sua autonomia em relação à infraestrutura de TI, na comunicação com os trabalhadores. O tema deve voltar à pauta em nova reunião da Mesa.

Participaram da reunião, pela Presidência, Pedro Barbosa (VPGDI) e Juliano Lima (Direh). Pela direção da Asfoc-SN: Justa Helena (presidente), Paulo Garrido (vice-presidente), Washington Silva (diretor de Legislação e Assuntos Jurídicos) e Alcimar Batista (diretor de Administração e Finanças). Pela FioSaúde, estiveram presentes os diretores: José Antônio Diniz, Leila Mello e Eduardo Carvalho.

Saiba mais sobre a Mesa de Negociação na [Intranet Fiocruz](#) (Trabalhadores > Mesa de Negociação).